

Zero Hora, 10 de agosto de 2017



DIFÍCIL EXPLICAÇÃO



PEDRO DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br

Imagine explicar a alguém isento, por exemplo um estrangeiro, que em determinado país o parlamento vetou a investigação de denúncia de corrupção de seu presidente sob o pretexto de não comprometer a estabilidade. Pois é esta tarefa – entre o trágico e o irônico, por inacreditável – que os parlamentares brasileiros terão diante de seus eleitores.

A inter-relação entre economia e política é sabida por todos. Mas a economia se prestar para justificar decisões políticas é mais rara, embora frequente nos últimos anos, pois o mais usual é o contrário. No caso do governo Temer, começou com o pretexto de que tudo se justificava em nome de aprovar as reformas. Argumento útil para políticos de vários matizes e prováveis candidatos, pois ele enfrentaria as decisões impopulares para arrumar a casa e, assim, acabaria poupando seu sucessor. O argumento ficou insustentável, em parte porque ninguém quer compartilhar a impopularidade. Então foi substituído: é a preservação da estabilidade. Ora, é tese já bem encorpada de evidências que existe forte correlação entre corrupção (e sua parceira, a impunidade) com baixo crescimento econômi-

co, principalmente a longo prazo, quando pesam as variáveis institucionais para explicar por que alguns países crescem e outros se atrasam.

No caso atual, o agravante é que o país já vem de um déficit público, o qual aumenta com a necessidade de contemplar parlamentares em troca de apoio, e que teria alcançado R\$ 10 bilhões: o mesmo que se espera arrecadar com o recente aumento de impostos. Elas por elas. Mais degradante ainda é o fato de o programa de regularização de dívidas fiscais de contribuintes, o Refis, que deveria arrecadar R\$ 14 bilhões, mas que só se conseguiu R\$ 2 bilhões, pois foi totalmente desfigurado no Congresso, com proposta de perdão e isenções aos devedores, leia-se, aos próprios parlamentares e seus financiadores. Já a repatriação de recursos ilegais depositados no Exterior – por si só já outra medida difícil de explicar – conseguiu apenas R\$ 1,5 bilhão, quando se previa mais de R\$ 12 bilhões. Por quê? Sabedores da fragilidade do Executivo, a expectativa é que venham mais concessões.

Como alguém pode achar que tudo isso contribui para maior estabilidade é difícil de acreditar. Mas foi o argumento que mais se ouviu.